

# CONSTRUINDO O PRECONCEITO NA CULTURA BRASILEIRA: IDENTIDADE, ALTERIDADE E SOCIALIZAÇÃO

VANDA GOMES\*

\* Universidade do Grande Rio – Unigranrio.

e

## *Resumo*

Com o objetivo principal de discutir o processo de formação e manutenção do preconceito, o presente trabalho tem como discussão principal a relativização da identidade, demonstrando que seu processo de formação varia de acordo com a socialização e características culturais às quais os indivíduos estão expostos. Os efeitos destes fenômenos sociais sobre a formação do preconceito serão estudados do nível individual para o coletivo, a partir de perspectivas psicanalíticas e antropológicas e do coletivo para o individual, a partir da reconstrução dos fatores históricos e sociológicos que contribuíram para a formação do preconceito na cultura brasileira.

Palavras-chave: Preconceito; Socialização; Cultura brasileira.

## ALGUMAS REFLEXÕES: IDENTIDADE E ALTERIDADE

Sendo uma ideia não aprofundada sobre o “outro”, o preconceito e suas origens estão diretamente ligados ao processo de formação da identidade características –atribuídas ao ‘eu’ – em relação com a alteridade – o ‘eu’ em relação ao ‘outro’ ou vice-versa. Mas o que determina quem sou “eu” e quem é o “outro”? Em que contexto social e histórico? Em relação a que sociedade ou comunidade? Quais os fatores que influenciam na formação da identidade e na construção da visão sobre o outro e a tolerância as suas diferenças?

O presente trabalho tem por objetivo principal discutir o processo de formação e manutenção do preconceito, partindo de uma relativização da identidade, demonstrando que seu processo de formação varia de

acordo com a socialização e características culturais às quais os indivíduos estão expostos dentro de uma sociedade.

A discussão da socialização e do encultramento e seus efeitos sobre a formação do preconceito será feita do nível individual para o coletivo, a partir de perspectivas psicanalíticas e antropológicas e do coletivo para o individual, a partir da reconstrução dos fatores históricos e sociológicos que contribuíram para a formação do preconceito na cultura brasileira.

A discussão da formação das minorias e majorias sociais e dos diversos tipos de preconceito que resultam ou recriam esse sistema de desigualdades na cultura brasileira complementa o trabalho, juntamente com uma breve análise da situação dos negros, índios e demais grupos minoritários diante do processo. Fazem parte do quadro teórico usado no trabalho os conceitos de identidade e alteridade de Marc Augé (1999) e Brandão (1986), assim como a teoria da formação de elites de Botto-more (1974), relacionada com os estudos dos autores Gaetano Mosca (1924) e Vilfredo Pareto (1930). Os estudos sobre a enculturação são apoiados nas teorias de Lacan (1990) e Melvin L. De Fleur e Sandra Ball (1997). O impacto dos fatores sócio-históricos na formação das desigualdades e minorias e majorias sociais são estudados com Ribeiro (1995) e Clastres (1974). Os estudos de Nascimento (2010) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – sustentam o relato sobre a situação dos grupos minoritários no Brasil.

### IDENTIDADE, ALTERIDADE E TOLERÂNCIA ÀS DIFERENÇAS

Para Marc Augé (1999), as relações entre identidade e alteridade só podem ser entendidas dentro do contexto de “sentido social”, que é “o conjunto das relações simbolizadas, instituídas e vividas entre uns e outros no seio de uma coletividade que esse conjunto permite identificar como tal”. Esta categoria, por sua vez, pode ser estudada em dois eixos: do mais individual ao coletivo e do si mesmo e do outro, que podem ser individuais ou coletivos. Analisando tais conceitos pode-se entender que os estudos da identidade – que é relativa ao ‘eu’ – e da alteridade – relativa ao ‘outro’ – são interdependentes ou complementares. Augé dá duas versões para entender o sentido do outro:

- 1 - Como “dom adquirido ou inato, variando conforme as pessoas, os grupos ou as épocas, estando ligado ao senso de orientação, ao sentido da família, como vemos o “outro”.
- 2 - O outro como sujeito do sentido, confrontando com a evidência de sentido que os outros indivíduos ou coletividade elaboram. (AUGÉ, 1999, p. 9)

Brandão (1986) explica que a compreensão do “outro” possibilita a identificação do “eu” e é por ser diferente que a identidade se afirma.

O outro é um diferente e por isso atrai e aterroriza. É preciso domá-lo e, depois domar no espírito do dominador o seu fantasma: traduzi-lo, explicá-lo, ou seja, reduzi-lo, enquanto realidade viva,

ou poder da realidade eficaz dos símbolos e valores de quem pode dizer quem são as pessoas e o que valem, umas diante das outras, umas através das outras. (BRANDÃO, 1986, p. 7)

Outra categoria que vem ao encontro da conceituação de identidade como construção social é a de pessoa: “O sujeito transformado em pessoa é, ele mesmo, uma expressão individualizada da estrutura de símbolos do mundo social onde vive”. (BRANDÃO, 1986, p. 7). Identidade, portanto, são os nomes sociais dos tipos de pessoa, sendo a identidade pessoal constituída de posições familiares, indicações de status e papéis. Ao mesmo tempo que diz respeito a uma realidade individual, a identidade só é construída com e em relação ao outro.

As identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; (...) o poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo. Identidades são, mais do que isto, não apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença. (BRANDÃO, 1986, p. 42)

### IDENTIDADE X ALTERIDADE = PRECONCEITO E DESIGUALDADES

Apesar de a diferença ser o fator que possibilita o entendimento do “eu”, Brandão (1986) lembra que pode ser também causa de conflito, ou o que se inventa como pretexto para a dominação. Pode-se deduzir, então que o processo de relação distorcida entre a identidade e a alteridade está intimamente ligado a intolerância à diferença. O autor avança na análise da relação entre a intolerância e a dominação dizendo que alguns grupos humanos produzem a diferença já com intenção de dominar aqueles que recebem a qualificação de “diferentes”, ou grupos “minoritários”.

A história dos povos repete seguidamente a lição nunca aprendida de que os grupos humanos não hostilizam e não dominam o “outro” porque ele é diferente. Na verdade, tornam-no diferente para fazê-lo inimigo. Para vencê-lo e subjugar-lo em nome da razão de ele ser perversamente diferente e precisar ser tornado igual, civilizado. (BRANDÃO, 1986, p. 88)

O processo de formação das minorias na cultura brasileira tem sido associado com a escravidão e colonização – como ocorreu com negros, índios e mestiços de 1500 até 1888 no Brasil –; com a negação dos direitos de moradia, educação, alimentação e trabalho – como ocorreu com os mesmos grupos após a abolição da escravatura – ou com o impedimento à direitos políticos, sociais, de educação e trabalho – como ocorreu com as mulheres até a primeira metade do século XX é o que afirma Ribeiro (1995).

A formação e manutenção das minorias no Brasil ocorrem fortemente na contemporaneidade com o impedimento ou redução do acesso à educação e ao trabalho, a moradores de comunidades carentes, negros,

mestiços, homossexuais e portadores de deficiência física. Brandão (1986) explica que o processo de dominação das majorias em relação às minorias sempre é consciente, tendo como objetivo obter do dominado proveitos materiais e fazer dele um outro “eu”. No Brasil a disseminação da cultura dominante européia fez com que índios, negros, mestiços e asiáticos perdessem vínculos com suas tradições culturais. Sob a capa de “tornar civilizados”, mais desenvolvidos, mais organizados os grupos minoritários, o processo de desaculturação foi feito no Brasil durante a colonização e até que todos os povos fossem adequados à “identidade legítima”, a do branco colonizador. Além da mudança no regime de trabalho, que era de subsistência, os índios foram obrigados a falar o idioma e professar a religião do branco. Processo semelhante foi realizado com os negros que chegavam ao país para trabalhar como escravos, segundo Brandão:

Ao escravo trazido nas caravelas se batizava no porto de chegada. A consciência ingênua acreditava com isso salvá-lo. Mas o senhor que atribuía ao negro servo um nome de branco, cristão, em troca do nome tribal do lugar de origem, sabia que a água do batismo era apenas porta líquida de entrada na redução necessária das diferenças que tornam eficazes os usos de desigualdade. (...). A educação, através dos missionários jesuítas tinha por objetivo “amansar” e catequizar os índios para que não se rebelassem, torná-los não iguais aos brancos, “mas para serem desiguais sem tantas diferenças e assim servirem melhor mortos ou subjugados, aos interesses dos negócios dos brancos. (BRANDÃO, 1986, p. 8)

Outra corrente de estudos que explica o processo de legitimação da desigualdade e divisão da sociedade entre majorias e minorias é a teoria da formação das elites. A palavra elite era empregada no século XVII para classificar produtos de qualidade excepcional e que mais tarde foi aplicada a grupos sociais “superiores”, como unidades militares da primeira ordem ou os postos mais altos da nobreza explica Bottomore (1974). Ao final do século XIX o termo passou a ser empregado para classificar grupos sociais e em 1930, a teoria das elites, de Vilfredo Pareto, foi difundida amplamente na Grã Bretanha e nos Estados Unidos.

Pareto (1930) chamava “elite” o grupo de pessoas que possuía índices mais altos em seus ramos de atividade. O autor dividiu então as elites em duas categorias: as governantes e as não governantes. Pode-se compreender melhor a divisão entre elite e não-elite, percebendo que a teoria se assemelha a divisão entre maioria e minoria, presente na exposição de Gaetano Mosca descrita por Bottomore:

Existem duas classes de pessoas. Uma classe que dirige e outra que é dirigida. A primeira, sempre a menos numerosa, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo, enquanto a segunda, a mais numerosa, é dirigida e controlada pela primeira de uma forma que ora é mais ou menos legal, ora é mais ou menos arbitrária e violenta. (GAETANO MOSCA *apud* BOTTOMORE, 1974, p. 10)

Mosca (1924) explica o domínio da minoria sobre a maioria pela organização da primeira. Ele afirma que a minoria sempre tem atributos

“superiores” ao da maioria, mesmo que sejam aparentes. Tanto Mosca quanto Pareto (1930) concordam que numa sociedade sempre haverá uma minoria que controla a maioria, mas essa elite pode sofrer mudanças, através “do recrutamento individual de membros da maioria, pela incorporação de novos grupos sociais ou pela substituição total da elite pela contra-elite, através das revoluções” (BOTTOMORE, 1974, p. 10).

Diante de tais reflexões pode-se perceber que a criação e manutenção da divisão da sociedade entre maiorias e minorias, entre elites e não elites, está diretamente ligada ao processo de formação da cultura brasileira. Este processo depende de fatores que passam da dimensão individual a coletiva e da coletiva para a individual, tornando-se necessário, para entender a disseminação das desigualdades e do preconceito, analisar a relação entre cultura, socialização e identidade, nas suas várias dimensões.

### CULTURA, SOCIALIZAÇÃO E IDENTIDADE

A cultura, como meio de transmissão e aquisição de significados, via linguagem e socialização, pode ser olhada como fator determinante na formação e difusão das relações de alteridade ou das deformações nessa estrutura, numa palavra, do preconceito. A socialização do ser humano é feita pela comunicação, seja ela oral, escrita, pictográfica, de sinais, expressão corporal, etc.

Segundo Jacques Lacan (1990), o desenvolvimento psíquico da criança é presidido pela família através da educação primária, da repressão dos instintos e da aquisição da linguagem. Para o psicanalista:

o ser humano depende da linguagem para comunicar-se com os outros e também para entender a si mesmo. Através da linguagem, a criança passa a ter um controle racional da realidade, o que, por sua vez, irá estruturar seu psiquismo, dando significado a seus pensamentos. (LACAN, 1990, p. 241)

Na educação primária são transmitidos os modelos de conduta, desempenho de papéis sociais e normas e valores. “A família tem um caráter conservador é a partir do processo de socialização que ela irá eternizar valores” (LACAN, 1990, p. 241). A aquisição de cultura através da linguagem também é citada como caminho para entender a alteridade e a origem do preconceito por Augé: “Levi-Strauss fala da anterioridade do simbolismo em relação ao conhecimento. A linguagem, diz ele, só pode ter nascido de uma vez. Com ela o universo tornou-se significativo, mas nem por isso melhor conhecido”. (AUGÉ, 1999, p. 14).

Ao destacar a anterioridade do simbolismo, Augé entende que a condição individual implica numa alienação, se a cultura for definida como conjunto de sistemas simbólicos, ligados à linguagem, regras matrimoniais, relações econômicas, etc.. Se somente através da vida social a estrutura do “eu” pode ser entendida e se isso implica numa certa alienação, podemos complementar esses conceitos dizendo que a socialização se faz através da linguagem e se a própria linguagem é arbitrária,

as formas de socialização e o próprio entendimento do que é minha cultura e o que é a cultura do outro estão na mesma condição.

A cultura, como lugar de valores simbólicos e significação, é absorvida e reproduzida pelo indivíduo através das trocas sociais. De acordo com Melvin L. De Fleur e Sandra Ball,

a socialização é um conjunto complexo de “troca de comunicação entre indivíduo e vários agentes da sociedade, que resulte na promoção do indivíduo para viver em um ambiente sociocultural (...) A socialização equipa-nos para comunicar, pensar e resolver problemas utilizando técnicas aceitáveis pela sociedade e, de maneira geral para conseguirmos nossas adaptações singulares a nome ambiente pessoal do ponto de vistas da sociedade, a socialização leva seus membros a um conformismo suficiente, de modo a serem preservadas a ordem social..(DE FLEUR; BALL-ROCKEACH, 1997, p. 226)

Os autores ressaltam ainda que a socialização é o processo de aquisição pelo qual os indivíduos interiorizam a cultura da sociedade a qual fazem parte. Quando há uma mudança de estado, país, cidade ou grupo social, o processo de absorção de nova cultura é chamado de assimilação. Ao processo de socialização que o indivíduo sofre na família e grupo social soma-se o processo de assimilação da cultura pela educação e pelos meios de comunicação, instituições formadoras de opinião controladas pelas elites cultural, política e econômica que, no Brasil, desde a colonização, privilegiam os padrões europeus de difusão cultural.

### ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS NA DIFUSÃO DO PRECONCEITO NA CULTURA BRASILEIRA

Há 510 anos, quando o Brasil foi “descoberto” e colonizado por europeus houve um intenso choque cultural entre os brancos e os índios nativos do País, que foram obrigados a deixar seus modos de vida baseados na caça, na pesca e agricultura, para trabalhar como escravos nas lavouras. De duas formas se deu a “desaculturação” dos índios: pela morte simbólica da identidade e pela morte física de acordo com Ribeiro (1995).

Acostumados a trabalhar até 4 horas por dia, durante cerca de quatro meses por ano, para manter uma economia de subsistência, que utilizava no máximo o excedente da produção para festas e visitantes, os índios foram submetidos a trabalho duro, dia e noite. Somado ao trabalho pesado que enfraquecia seus corpos, os índios acabaram contraindo doenças viróticas dos portugueses e como não tinham anticorpos, morreram aos milhares de acordo com estudos realizados por Clastres (1974). Restando poucos índios, e separados em tribos com linguagem, crença e costumes diferentes, a resistência à colonização branca ficou difícil, e a etnia indígena, assim como os costumes e rituais nativos, foi diminuindo até restarem poucos grupos, que sobrevivem hoje devido à proteção da lei que criou as reservas indígenas, proibindo o desmatamento e a urbanização daquelas áreas das florestas brasileiras.

A história dos negros no Brasil não foi menos sofrida que a dos índios. Trazidos para o Brasil para trabalharem como escravos desde os pri-

meios anos do século XVI, os negros tiveram todos os seus direitos de manifestação cultural suspensos, restando-lhes a resistência através de práticas religiosas e culturais camufladas, como o sincretismo – que associava as divindades negras aos santos católicos – e a capoeira, que era usada como luta, dança e meio de transmissão da cultura oral entre as gerações.

Aos negros eram proibidas as práticas religiosas, a participação política, a propriedade econômica, o direito de ir e vir, o direito à livre expressão e até o direito sobre sua própria vida, que poderia lhe ser tirada a qualquer momento, sem previsão de punição para seu senhor. A escravidão representava que os senhores de engenho tinham propriedade sobre os negros, que eram comercializados como animais, às vezes, por preços até mais baixos.

Com a extinção oficial da escravidão, em 1888, os escravos, tanto negros como índios, passava a ser contados como cidadão pelos levantamentos e pesquisas do governo. Mas a memória destes mais de 300 anos de escravidão ficou marcada profundamente na cultura brasileira, e se faz presente até dias atuais, sobre a forma de desigualdade social e preconceito.

O caminho que restou a negros e índios, após a abolição da escravatura, foi continuar nas terras dos senhores ganhando não o bastante para sua sobrevivência num regime de semi-escravidão ou escravidão camuflada. Ao tentarem migrar para as cidades para estabelecer comércio ou arrumar empregos, negros e índios e seus descendentes mestiços, eram tratados ainda como escravos, não obtendo as condições mínimas para garantir seus direitos de cidadãos, como a moradia, a vestimenta, a educação, a alimentação. Confinados nas periferias das cidades, com condições precárias de higiene e infra-estrutura, esses grupos foram sobrevivendo da forma que era possível, surgindo então os complexos de moradia precários hoje chamados de favelas ou comunidades carentes.

Atualmente, inúmeras leis protegem os mestiços, os negros e os índios da violência simbólica do preconceito, tanto social quanto racial, mais ainda não há garantia real dos recursos necessários para que esses grupos possam ter uma promoção social que os inclua nos processos políticos e sociais como cidadãos e portadores de dignidade.

O que ocorre então é um círculo vicioso de desigualdade - preconceito - desigualdade. Os negros, índios e mestiços sofrem preconceito e aí não conseguem atingir boas médias de escolaridade e bons empregos, então são discriminados por estarem nessas condições.

### **SOCIALIZAÇÃO E DIVERSIDADE: O PRECONCEITO NA CULTURA BRASILEIRA**

O tratamento diferenciado entre padrões brancos, índios e negros na cultura brasileira começa a se dar desde a socialização na família, já que ela reproduz os padrões do grupo social em que está inserida e coloca a criança em contato com instituições escolares que estejam dentro dos mesmos padrões. Ao crescerem, é comum que adolescentes e jovens de grupos minoritários sejam inseridos no mercado de trabalho que reproduz essa realidade social.

Criados em famílias pobres, que por sua vez sofreram a exclusão social pelo preconceito, os jovens negros, índios, homossexuais ou portadores de deficiência terão a tendência a permanecer nesse patamar, acreditando que não é possível alcançar maior status e que as elites nunca o deixarão crescer. Acabam permanecendo desempregados ou com subempregos e, se não forem incentivados por ações da sociedade organizada ou governamentais, que promovam e ofereçam novos caminhos de promoção social, podem repassar os padrões a seus filhos, mantendo o ciclo vicioso do preconceito gerando desigualdade social, que por sua vez gera mais preconceito.

Para Alexandre Nascimento (2010), as desigualdades são resultado de processos sociais, culturais, econômicos e políticos e produzem pobreza, miséria e exploração estando no social-histórico a chave para elucidação desse processo. Consolidadas pelo preconceito e práticas sócio-culturais cristalizadas, as desigualdades geram hierarquias no acesso a recursos necessários ao empoderamento dos grupos sociais. Encarcerados a um processo de destituição de cidadania, os negros, índios, mestiços, mulheres e demais grupos minoritários enfrentam barreiras no funcionamento das instituições que impedem o acesso à educação-trabalho, moradia e saúde e demais direitos dos cidadãos.

Nas relações sociais concretas observa-se que além da divisão social em classes, própria da dinâmica do capitalismo, o racismo, o preconceito e a discriminação, social aparecem, na mesma forma, como questões centrais para o entendimento dessa lógica social que determina inclusões diferenciadas. (NASCIMENTO, 2010, p.179)

Dados que confirmam a desigualdade na distribuição de direitos à cidadania são os do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA. No Brasil os 1% mais ricos se apropriam da mesma fatia de renda que os 50% mais pobres (NASCIMENTO, 2010, *apud* IPEA 2005). Analisando os indicadores por região, gênero e cor/raça é mais visível a desigualdade relacionada aos grupos minoritários. “Os negros, constituem 45% da população e correspondem a 65% dos pobres e 70% dos indigentes” (NASCIMENTO *apud* PNAD/IBGE, p.181)

Adicionado a dinâmicas de colonização, o processo de modernização e industrialização contribui para a manutenção das desigualdades, que acabam por ser naturalizadas pelo senso comum, em detrimento da realidade de sua construção por processos históricos e sociais. Falando sobre mobilidade social e racismo, Nascimento diz que são os negros, entre os grupos minoritários no Brasil, os que mais sofrem com as desigualdades sociais. Apesar disso, o mito da democracia racial é uma ideologia ainda majoritária na cultura brasileira. Em documento enviado pela “Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e a vida” ao governo Federal em 1995, o movimento negro expõe:

a base material e econômica do racismo define o conteúdo da exclusão social no Brasil, haja vista que não por mera casualidade a população negra encontra-se nas piores condições de trabalho e de vida, constituindo as maiorias reveladas pelos indicadores da fome, da miséria, do desemprego, das vítimas da violência, da população de rua, da população car-



cerária, enfim, dos segmentos considerados descartáveis. Tomados em conjunto, os dados que acabamos de expor evidenciam a necessidade urgente de uma política nacional de combate ao racismo e às desigualdades raciais. Trata-se de um esforço que deverá ter como principal escopo tornar a igualdade formal, a igualdade de todos perante a lei, em igualdade substancial: igualdade de oportunidade e tratamento.

## CONCLUSÃO

Nascido no cerne do conflito entre identidade e alteridade, o preconceito alimenta e é alimentado pelas desigualdades sociais, que geram o abismo ideológico, político, social e econômico entre maiorias e minorias, entre os dominantes e os dominados. Analisando os processos de enculturação e socialização, é possível constatar que os preconceitos construídos na cultura brasileira certamente não têm fundamento na real estrutura identitária do “outro”, o “diferente”, já que o processo de civilização foi cuidadosamente estruturado para que as minorias se tornassem iguais só nos padrões a perseguirem – os dos brancos – e nunca nas qualidades possuídas – as inerentes ao desejo de identidade própria. Assim, a intolerância às diferenças foi construída de dentro para fora e de fora para dentro, já que os próprios integrantes dos grupos minoritários foram coagidos a qualificarem como inferiores os padrões da sua própria cultura, enquanto os demais integrantes da sociedade, a maioria, foram incitados a impedi-los de serem incluídos na sociedade como cidadãos.

Aos grupos minoritários formados durante a colonização negros, índios e mestiços, somam-se as mulheres, portadores de deficiência física e mental, homossexuais, idosos, crianças e adolescentes, pobres em geral e todos os destituídos de direitos sociais, políticos e econômicos que garantem o exercício da cidadania. Embora constituam a maioria numérica na população brasileira, negros, mestiços e mulheres são a minoria no que diz respeito à promoção social e econômica. A mudança desse quadro com a democratização do acesso às formas de vida monopolizadas pelas elites e a conseqüente divisão dos recursos e oportunidades para a totalidade da sociedade passa pela relativização da formação da identidade e uma compreensão que precisamos das diferenças do outro para identificar quem somos e que a diversidade é benéfica tanto para empresas, quanto para escolas e outras instituições sociais, políticas e econômicas.

## ABSTRACT

With the main objective of discussing the process of formation and maintenance of prejudice, this work discusses the relativization of identity, showing that the process of training varies according to the socialization and cultural characteristics to which individuals are exposed. The effects of these social phenomena on the formation of prejudice are studied from the perspective of anthropology, psychoanalysis, history and sociology.

Key words: Prejudice; Socialization; Brazilian culture.

AUGÉ, Marc; **O sentido dos outros: atualidade da antopologia**. Tradução de Francisco da Rocha Filho. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1974.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; **Identidade e Etnia**. Editora Brasiliense, 1986.

CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o estado**. São Paulo: Cosac Naif, 1974.

DE FLEUR, Melvim L. ; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

LACAN, Jacques. **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SLATER, Don. **Cultura do consumo e modernidade**. São Paulo: Nobel, 2001.

**Do direito à Universidade a Universalização do Direito: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as Políticas de Ação Afirmativa. Tese de Doutorado em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.**